

Negociação divide o governo

Brasília — A estratégia de negociação com os bancos credores da dívida externa brasileira está dividindo o governo e esse processo de divergências está colocando cada vez mais distantes o presidente do Banco Central, Fernão Bracher e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Os técnicos do Ministério da Fazenda defendem uma linha de confronto com os credores, enquanto os do Banco Central recomendam moderação e entendimento.

O Ministério da Fazenda prega uma negociação onde o Brasil adote como ponto fundamental uma redução dos juros da dívida externa. Na avaliação dos assessores de Funaro seria a única maneira de reduzir a transferência para o exterior de cerca de 25% da poupança interna, sobrando recursos para o país investir em setores básicos da economia.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, defende uma negociação que tenha por base um entendimento amplo, sem concessões que prejudiquem o desenvolvimento econômico brasileiro. Na visão de Bracher, não há, da parte dos bancos estrangeiros, uma animosidade que justifique uma posição de confronto por parte dos negociadores brasileiros. Defendendo essa linha de conduta está Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central para assuntos da dívida externa.

Estruturalmente, as divergências entre fazenda e Banco Central têm suas origens na maneira de como o país vai solucionar a obtenção de recursos — se interna ou externamente — para financiar seus projetos de investimentos.

Com uma economia excessiva-

mente endividada, a busca de recursos para financiar esse desenvolvimento, a fim de evitar recessão e desemprego, é um assunto problemático uma vez que a escolha envolve estratégias a serem seguidas e que nem sempre são convergentes.

As sucessivas quedas nas exportações, com reflexos negativos no balanço de pagamentos, e as perspectivas de uma recuperação lenta no comércio externo e no nível de reservas brasileiras, obrigam o país a partir para um esforço maior na busca de recursos para o seu desenvolvimento. A falta de uma poupança interna compatível com esses objetivos de crescimento pode ser suprimida com um aumento na taxa de juros (como forma de conter a demanda, como defende o BC) ou com um aumento da carga tributária.

Aumentar a taxa de juros — ou deixá-la nos níveis atuais — é uma medida combatida ferozmente pelo Ministério da Fazenda e encontra respaldo em alguns parlamentares do PMDB. O aumento da carga tributária significaria um desgaste político para o governo e, além disso, segundo técnicos da Secretaria da Receita Federal, a utilização desse instrumento como fonte de recursos para investimentos estatais está praticamente exaurida.

A captação de recursos externos pode ser feita ou através de novos empréstimos (dinheiro novo) ou com a redução do pagamento de juros aos bancos credores da dívida externa brasileira. Essa redução de pagamentos de juros só pode ser feita através de negociações, na opinião de técnicos do Banco Central e de diplomatas.